

Pressão definirá a Constituição

Rubem de Azevedo Lima

Apenas a um mês das decisões a serem tomadas na Assembléia Nacional Constituinte, sobre os temas constitucionais mais controvertidos, o Palácio do Planalto, os partidos, os líderes políticos e os ministros de Estado parecem ter poucas certezas quanto ao que efetivamente querem as forças que farão pressão para definir a Constituição no momento da votação e qual o peso específico de cada uma dessas forças.

Nos partidos, no Planalto e entre ministros há quem acredite no poder decisivo do prestígio do Presidente da República sobre o Congresso. Em quase cem anos de República, essa influência geralmente se fez sentir e é possível, portanto, que isso aconteça mais uma vez. Mas, entre ministros, nos partidos e até no Planalto não falta, igualmente, quem duvide da importância do Presidente sobre a Constituinte, por entender que o Governo está com a credibilidade abalada, em função das incertezas geradas por sua política econômica e pelo aparente agravamento da tensão social no País.

Governadores

Outro fator tradicionalmente importante nas decisões legislativas é a presença dos governadores no processo político. Mas também se diz, hoje, que os chefes de executivos estaduais estão fazendo mais o jogo de cena da participação do que participando efetivamente em favor das conveniências políticas do Governo Federal.

Quem é quem no esquema de forças que deverão fixar os rumos políticos, econômicos e sociais do Brasil, na futura Constituição brasileira? Segue-se uma tentativa de resposta a essa pergunta, que perturba não apenas o Governo, mas quase todos os setores da vida nacional.

Ministros exercem pouca influência

Dos 27 ministros do presidente Sarney, poucos terão influência política direta sobre a Constituinte. Alguns, como os ministros militares, provavelmente influirão, mas de forma indireta, difusa e apenas em temas específicos de interesse das Forças Armadas (caso da anistia, do papel dos militares na Constituição, do prosseguimento das pesquisas nucleares etc.).

Dentre os ministros civis, vários deles não têm qualquer influência sobre a Assembléia, pois não porvem da classe política, como Vicente Fielho (Irrigação) e Reinaldo Tavares (Transportes), ambos nomeados na cota pessoal do Presidente. O segundo, no entanto, pela importância de seu ministério, influi junto aos governadores.

Vinculação

Dos chamados ministros políticos, muitos são mais vinculados ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Esse é o caso de Raphael de Almeida Magalhães (Previdência), Renato Archer (Ciência e Tecnologia), Aluizio Alves (Administração), Bresser Pereira (Fazenda) e Almir Pazianotto (Trabalho).

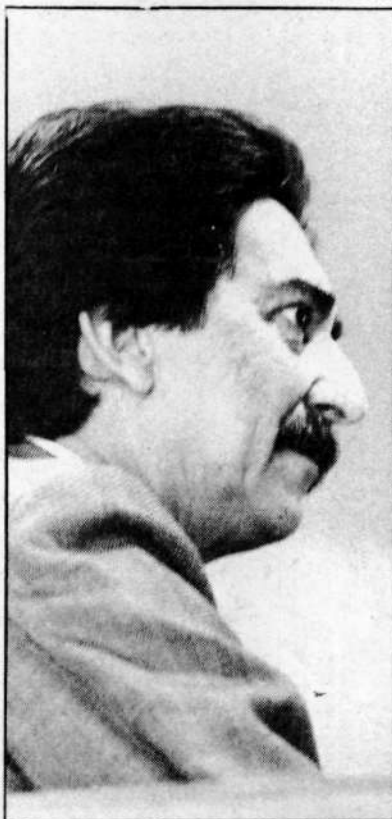
Outros foram escolhidos na primeira fase do Governo Sarney, pelo ex-presidente Tancredo Neves. Nesse caso estão os ministros Roberto Santos (Saúde), Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil), Aníbal Teixeira (Seplan), José Hugo Castelo Branco (Indústria e Comércio).

Mais recentes no ministério são os ministros Paulo Brossard (Justiça), outra opção pessoal de Sarney, aceita por seu partido, mas sem ter nele peso decisivo a ponto de influir na Constituinte; Íris Rezende (Agricultura), provavelmente é o de maior importância junto aos constituintes peemedebistas de seu Estado, Goiás.

Pefelistas

Do ministério Sarney fazem parte, ainda, os ministros do PFL, alguns dos quais, como Abreu Sodré (Exterior), amigo pessoal do Presidente, sem nenhuma influência na Constituinte; Jorge Bornhausen (Educação), João Alves (Interior), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) e Aureliano Chaves (Minas e Energia). Do grupo, uns têm peso na Assembléia pela expressão de seu ministério (caso de Bornhausen) e Alves (Interior), mas dois deles — Aureliano e Antônio Carlos — também influem por suas ligações políticas. Hoje, todo o ministério não proporciona mais de 60 ou 70 votos em favor do Presidente, na Constituinte. (R.A.L.)

Arquivo 23/05/80



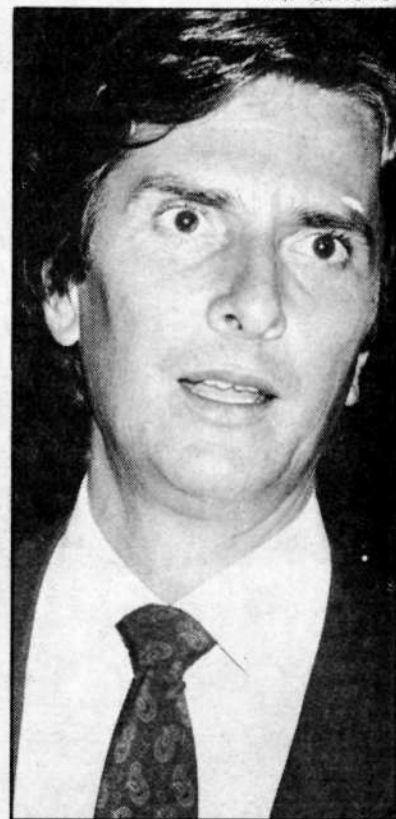
Cafeteira afinado com Sarney

Arquivo 5/09/86



Quércia: um forte aliado

Arquivo 07/01/87



Collor é considerado hostil

Apoio de governadores a Sarney é instável e depende de verbas

O presidente José Sarney conta, em tese, com o apoio de governadores afinados com sua linha política ou que são seus amigos pessoais. Estariam nesse caso, pelas avaliações do Planalto, os governadores do Distrito Federal (José Aparecido), Maranhão (Epitácio Cafeteira), Ceará (Tasso Jereissati), Goiás (Henrique Santillo), Piauí (Alberto Silva), Rondônia (Jerônimo Santana), Amazonas (Amazonino Mendes) e Sergipe (Antônio Carlos Valadares).

Outros chefes de executivos estaduais simpáticos, até o momento, às políticas do presidente Sarney seriam Orestes Quércia (SP), Newton Cardoso (MG), Alvaro Dias (PR) e Moreira Franco (RJ), por terem recebido favores do Governo Federal. No restante, como é o caso do Acre, Amapá, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os assessores presidenciais esperam obter deles amplo apoio, ainda que tais governadores não sejam inteiramente atendidos pelos par-

lamentares que lhes são ligados.

Desencanto

Problemas, a rigor, o Palácio do Planalto acredita que tenha na Bahia (por questões de divisão estadual entre as forças governistas), em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e até no Pará, cujos governadores, pessoalmente, estariam, no íntimo, desencantados como o desempenho do presidente Sarney. Além desses, francamente hostil ao Governo é o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, que vem prestigiando, inclusive, a campanha pró-diretas já e, com isso, está aumentando sua popularidade no Estado e no resto do País.

Dentre os governadores considerados pró-governistas, os de maior peso político — Orestes Quércia, Newton Cardoso, Moreira Franco e Alvaro Dias — só têm um interesse coincidente com o do presidente Sarney: a manutenção do presidencialismo, porque o parlamentarismo, aparentemente em maioria na Constituinte, afetaria a essência de seus próprios governos.

De mais a mais, o apoio que tais governadores e os outros proporcionam ao Executivo federal é considerado instável e não passaria, hoje, de meia centena de constituintes. Em fins de setembro, quando a Constituinte começará a decidir as questões controvertidas, todos os governos estaduais estarão precisando de recursos da União. Se não os obtiverem, na medida desejável, os governadores poderão deixar as teses constitucionais de interesse do Presidente sem apoio. Na hipótese de conseguirem recursos, esse fato, por si mesmo, deverá afetar negativamente a política econômica do ministro Bresser Pereira. Assim, reduzir-se-á a credibilidade política do Poder Executivo perante a opinião pública, bem como na Constituinte. Portanto, sob tal aspecto, a impressão dominante é a de que o presidente Sarney, dando ou não ajuda aos governadores que o apoiam, estará em dificuldades em setembro, pois se a situação ficar como está, o bicho os come e se o Governo correr, o bicho o pega. (R.A.L.)

Tendências dividem partidos

Com exceção de raros partidos, que mantêm sua unidade interna em todos os assuntos — PDT (26 constituintes), o PT (16), o PC do B (cinco) o PCB (três) e o PSB (três) — as demais agremiações estão cindidas por grupos de variadas tendências, praticamente em torno de qualquer tema.

O PMDB, com 303 constituintes, têm o grupo do presidente do partido, do qual fazem parte, entre outros, além de vários ministros, o senador Mauro Benevides, seu filho, que é deputado federal, os deputados Milton Reis, Heráclito Fortes e Luiz Henrique.

Existe a corrente de Mário Covas, a qual pertencem o senador Severo Gomes e os deputados Euclides Scalco, Antônio Perosa, Robson Marinho, Miro Teixeira, Paulo Macarini. A este grupo também parece vincular-se o senador Fernando Henrique Cardoso.

Nesse partido, independentemente das posições que tenham assumido em temas específicos, como o sistema de Governo e a reforma agrária, existem deputados ligados ao próprio Sarney, por vários motivos, como o líder governista Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Expedito Machado, Roberto Cardoso Alves, Henrique Alves, Jorge Leite e Aloisio Teixeira.

Heterogêneos

Portanto, há governistas no chamado Centro Democrático (contra a reforma agrária, pró-mandato presidencial de cinco anos e pela livre iniciativa) integrado por políticos do PMDB, e no chamado Grupo Antiesquerda, suprapartidário, que se opõe a qualquer proposta feita pelos grupos de esquerda. Deste grupo fazem parte não apenas os 53 constituintes do PDT, PT, PC do

B, PCB e PSB, mas também os covistas do PMDB e os independentes dessa agremiação (Afonso Camargo, Geraldo Campos, Sigmaringa Seixas, Pompeu de Sousa, Fernando Lyra e outros), bem como os partidários do governador Miguel Arraes (Egídio Ferreira Lima, Cristina Tavares, Maurílio Ferreira Lima e Wilson Campos) ou os radicais de outros partidos. Essa facção à esquerda, no espectro político da Constituinte, somaria, em sua heterogeneidade, cerca de 130 parlamentares.

No PFL, partido de centro-direita quase tão homogêneo quanto o pequeno PL do deputado Alvaro Vale (cinco constituintes), há grande unidade em torno do presidente Sarney, sobretudo no tocante ao problema da duração de seu mandato, mas muito pouca noutros assuntos, como o parlamentarismo.

Do ponto de vista da reforma agrária e da política social, regime de propriedade e de comunicação de massa, os pefelistas, no entanto, não apresentam divergências profundas entre si. Mesmo a posição governista do PFL, porém, deverá sofrer influência do estado geral da economia do País, no instante em que a Constituinte votar as matérias controvertidas que os pefelistas apoiam no momento, como o mandato presidencial de cinco anos.

Antigüidade

Constituintes como o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator geral do projeto de Constituição, assumiram, até o momento, posições consideradas ambíguas, na medida em que atendem, de um lado, aos interesses constitucionais do Governo, ou de alguns ministros

de Estado, e, do outro, às reivindicações reformistas de setores da sociedade.

Essa indefinição, porém, pelo fato de descontentar aos dois lados antagonísticos, não tem muitos adeptos na Constituinte, cuja maioria silenciosa — talvez 100 ou 120 congressistas — prefere reservar-se para decidir em função dos acontecimentos e do quadro geral do País, no instante da votação, ante o peso das pressões populares, das pressões dos ministros de Estado (civis e militares, mas principalmente estes últimos), dos governadores e das empresas nacionais ou estrangeiras.

«Vai ser difícil — diz o deputado Miro Teixeira, do PMDB do Rio — a qualquer constituinte votar no plenário da Assembléia, sem considerar que seu voto, naquele instante, estará aparacendo em painéis eletrônicos no Rio, em São Paulo, Belo Horizonte, Recife e outras capitais».

Consciência

Nessa hora, com efeito, numerosos constituintes acreditam que a consciência de cada um deles terá de ajustar-se às aspirações políticas, econômicas e sociais do eleitorado que os elegeu. Então, tudo será possível, em qualquer assunto. Principalmente, ao que se crê, no tocante ao mandato presidencial, pois a tese dos quatro anos parece crescer, na medida em que o Poder Executivo luta, com unhas e dentes, contra o parlamentarismo, e os parlamentaristas, se forem derrotados, poderão engrossar o grupo dos que se empenham pelo encurtamento do período de transição do atual Governo. Isto é, por eleições presidenciais diretas em novembro de 1988. (R.A.L.)

INDEX